



SEGURANÇA SOCIAL

Instituto da Segurança Social, IP

Relatório de Actividades 2005

Departamento de Planeamento e Sistemas de Informação

Unidade de Estudos e Planeamento

Junho 2006

Índice Geral

| | |
|---|----|
| Introdução..... | 3 |
| Parte I – Enquadramento | 4 |
| I.1.Sector da Segurança Social..... | 4 |
| I.2 Sistema de Segurança Social | 5 |
| I.3 Instituto da Segurança Social, I.P. | 7 |
| Parte II - Gestão dos Recursos Afectos | 12 |
| II.1 Recursos Financeiros..... | 12 |
| II.2 Recursos Humanos..... | 13 |
| II.2.1 Caracterização..... | 13 |
| II.2.2 Formação..... | 15 |
| II.2.3 Promoção na carreira | 15 |
| II.2.4 Despesa global com pessoal..... | 16 |
| II.3 Recursos Físicos..... | 17 |
| II.3.1 Edifícios..... | 17 |
| II.3.2 Rede de Atendimento | 17 |
| II.4 Despesas de Investimento | 18 |
| II.4.1Programa Orçamental P06 – Construção, Remodelação e Apetrechamento das Instalações..... | 18 |
| II.4.2 Projecto 1034 - ISS – Informatização da Segurança Social..... | 20 |
| II.5 Alterações estrutura orgânica | 20 |
| Parte III – Sistema de Segurança Social..... | 22 |
| III.1 Gestão das Prestações do Sistema Público de Segurança Social | 22 |
| III.1.1 Caracterização dos Beneficiários | 22 |
| III.1.1.1 Beneficiários Activos (Regime Geral)..... | 22 |
| III.1.1.2 Beneficiários Inactivos (Pensionistas)..... | 23 |
| III.1.2 Principais Prestações Atribuídas, Beneficiários e Valores Processados | 24 |
| III.1.2.1 Subsídio de Doença | 24 |
| III.1.2.2 Subsídio de Maternidade..... | 24 |
| III.1.2.3 Subsídio de Desemprego e Social de Desemprego | 25 |
| III.1.2.4 Prestações Familiares | 26 |
| III.1.2.5 Rendimento Social de Inserção (RSI) | 26 |
| III.1.2.6 Protecção Jurídica..... | 27 |
| III.1.3 Principais Resultados Alcançados..... | 27 |
| III.1.3.1 Tempos médios de processamento | 27 |
| III.1.3.2 Combate à Fraude e Evasão Contributiva e Prestacional | 28 |
| III.1.3.2.1 – Serviço de Verificação de Incapacidades | 29 |
| III.2 Sistema de Acção Social - Prestações, Serviços e Programas | 30 |
| III.2.1 Área da Solidariedade, Inserção e Emergência Social | 31 |
| III.2.1.1 Rendimento Social de Inserção – Programas de Inserção..... | 31 |
| III.2.1.2 Linha Nacional de Emergência Social..... | 31 |
| III.2.1.3 Problemáticas Emergentes | 32 |
| III.2.1.4 Atendimento Social..... | 32 |
| III.2.2 Área da Infância e Juventude | 33 |
| III.2.2.1 Acolhimento Familiar de Crianças e Jovens em Risco | 33 |
| III.2.2.2 Amas / Creches Familiares | 33 |
| III.2.2.3 Assessoria Técnica aos Tribunais..... | 34 |
| III.2.2.4 Plano de Intervenção Imediata (PII)..... | 35 |
| III.2.2.5 Programa Ser Criança..... | 35 |
| III.2.3 Área da Adopção | 36 |
| III.2.4 Área do Envelhecimento, Dependência e Deficiência..... | 36 |
| III.2.4.1 Programa de Apoio Integrado a Idosos (PAII) | 36 |
| III.2.4.2 Acolhimento Familiar a Idosos | 37 |
| III.2.4.3 Programa de Apoio a Iniciativa Privada (PAIPS) | 37 |

| | |
|---|----|
| III.2.5 Área da Cooperação e Rede Social | 38 |
| III.2.5.1 Cooperação com as Instituições Particulares de Solidariedade Social | 38 |
| III.2.5.3 Combate à Pobreza e Exclusão Social | 39 |
| III.2.5.4 Rede Social | 39 |
| III.2.6 Área de Programas de Investimento (Nacionais e Comunitários) | 40 |
| III.2.6.1 P17 – Serviços e Equipamentos Sociais..... | 40 |
| III.2.6.2 Medida 5.6 do Eixo 5 – POEFDS (QCAIII)..... | 42 |
| III.2.6. Medida Desconcentrada 3.7 - PORLVT | 43 |
| III.2.6.5 Outros Programas Comunitários..... | 43 |
| III.3 Fiscalização a Estabelecimentos | 45 |
| Anexo..... | 46 |

Índice de Quadros

| | |
|--|----|
| Quadro 1 Estrutura da despesa global..... | 12 |
| Quadro 2 Beneficiários Activos..... | 23 |
| Quadro 3 Beneficiários Inactivos (Pensionistas) | 23 |
| Quadro 4 Subsídio de Doença | 24 |
| Quadro 5 Subsídio de Maternidade | 25 |
| Quadro 6 Subsídio Desemprego e Social de Desemprego | 25 |
| Quadro 7 Prestações Familiares | 26 |
| Quadro 8 Rendimento Social de Inserção | 26 |
| Quadro 9 Tempos Médios de Processamento..... | 28 |
| Quadro 10 Sistema de Verificação de Incapacidades | 29 |
| Quadro 11 Emergência Social..... | 32 |
| Quadro 12 Atendimento Social – Principais tipologias de despesa..... | 33 |
| Quadro 13 Programa Serviços Equipamentos Sociais..... | 41 |
| Quadro 14 Medida 5.6 – POEFDS..... | 42 |
| Quadro 15 Medida 5.6 POEFDS – Lugares criados por valência..... | 42 |

Índice de Figuras

| | |
|--|----|
| Figura 1 PIDDAC Instalações e Apetrechamento de Serviços..... | 20 |
| Figura 2 PIDDAC Serviços e Equipamentos Sociais, lugares concluídos por valência | 41 |

Introdução

Em conformidade com o Decreto-Lei n.º 183/96, de 27 de Setembro, no seu artigo 1º - *Obrigatoriedade do plano e relatório de actividades* - o Instituto da Segurança Social, Instituto Público (adiante designado por ISS, I.P.) apresenta o seu Relatório de Actividades referente ao ano 2005.

O presente documento reflecte um contexto dominado pela afirmação de um conjunto de políticas sectoriais e as restrições decorrentes dos recursos afectos e apresenta uma descrição das medidas relevantes implementadas com avaliação dos principais resultados alcançados.

O Relatório em apreço estrutura-se em três partes. A primeira enquadra, a segunda e terceira apresentam os principais resultados alcançados, respectivamente nas áreas de suporte e nucleares da actividade do Instituto.

Parte I – Enquadramento

Do ponto de vista da actividade do ISS, I.P., o ano de 2005 foi marcado por um ambiente externo caracterizado pela:

- adequação ao programa do XVII Governo Constitucional e Grandes Opções do Plano traçadas para o **Sector da Segurança Social** no triénio 2005-2009 e
- reestruturação do **Sistema de Segurança Social**, que passa pela construção de uma terceira geração de políticas sociais que permita, para além da sua sustentabilidade económica, social e financeira o reforço de uma protecção social cada vez mais assente na diferenciação positiva das prestações face às diversas situações de risco.

I.1.Sector da Segurança Social

As Grandes Opções do Plano para 2005-2009 traduzem os compromissos do XVII Governo para o período e articulam um conjunto de políticas que se desenvolvem em torno de cinco Grandes Opções.

O Sector da Segurança Social que concretiza a 2ª Grande Opção do Plano – *Reforçar a coesão, reduzindo a pobreza e criando mais igualdade de oportunidades* – perspectivou a sua acção, para o período, em quatro grandes prioridades:

- 1) Garantir as bases de um sistema público e universal de Segurança Social sustentável;
- 2) Assegurar e reforçar as bases da protecção social;
- 3) Combater a pobreza e salvaguardar a coesão social e inter-geracional;
- 4) Reforçar a eficiência administrativa do sistema de segurança social.

I.2 Sistema de Segurança Social

Os compromissos assumidos pelo Sector da Segurança Social, no âmbito das GOP atrás enunciadas, são concretizados em estrita observância pela Lei de Bases da Segurança Social¹, que define as bases gerais em que assenta o sistema de segurança social.

O sistema de segurança social apresenta, na sua composição três sistemas:

- **Sistema público de segurança social;**
- **Sistema de acção social;**
- **Sistema complementar.**

O **sistema público de segurança social** compreende **três subsistemas**:

- **O subsistema previdencial**, que assenta no princípio da solidariedade de base profissional, assegura, entre outras, as prestações substitutivas dos rendimentos de trabalho perdidos em consequência da verificação de eventualidades legalmente definidas, integra:
 - O regime geral de segurança social (RG) aplicável à generalidade dos trabalhadores por conta de outrem e aos trabalhadores independentes;
 - Os regimes especiais;
 - Regimes de inscrição facultativa;
- **O subsistema de solidariedade**, que se destina a assegurar, com base na solidariedade de toda a comunidade, direitos essenciais por forma a prevenir e a erradicar situações de pobreza e de exclusão e a promover o bem estar e a coesão sociais, bem como a garantir prestações em situações de comprovada necessidade pessoal ou familiar, não incluídas no subsistema previdencial abrange:
 - O regime não contributivo;

¹ Lei n.º 32/2002 de 20 de Dezembro

- O regime especial de segurança social das actividades agrícolas;
 - Os regimes transitórios ou outros formalmente equiparados a não contributivos;
 - O rendimento social de inserção;
- **O subsistema de Protecção Social (Protecção à Família e Políticas Activas de Emprego e Formação Profissional)**, que visa assegurar a compensação de encargos familiares acrescidos quando ocorram as eventualidades legalmente previstas (encargos familiares e encargos no domínio da deficiência e dependência), aplica-se à generalidade das pessoas.

As despesas com as prestações do sistema público são essencialmente financiadas pelas contribuições das empresas e seus trabalhadores e transferências do Orçamento de Estado. A concessão das prestações do subsistema de solidariedade não depende de inscrição nem envolve o pagamento de contribuições.

O sistema de acção social tem como objectivo a prevenção e reparação de situações de carência e desigualdade sócio-económica, de dependência, de disfunção, exclusão ou vulnerabilidade sociais, bem como a integração e promoção comunitárias dos indivíduos e o desenvolvimento das respectivas capacidades.

A acção social destina-se também a assegurar a especial protecção aos grupos mais vulneráveis, nomeadamente crianças, jovens, cidadãos com deficiência, idosos e outras pessoas em situação de carência económica ou social, disfunção ou marginalização social, desde que estas situações não possam ser superadas através do subsistema de solidariedade. Concretiza-se através de:

- Concessão de prestações pecuniárias, de carácter eventual e excepcional;
- Concessão de prestações em espécie;
- Acesso à rede nacional de serviços e equipamentos sociais;
- Apoio a programas de combate à pobreza, disfunção, marginalização e exclusão sociais.

I.3 Instituto da Segurança Social, I.P.

A Lei n.º 32/2002, de 20 de Dezembro, que aprova as bases da segurança social, refere, no seu articulado², que a estrutura orgânica do sistema compreende serviços integrados na administração directa do Estado e instituições de segurança social integradas na administração indirecta do Estado.

O ISS, I.P. está integrado na administração indirecta do Estado, tem âmbito nacional e prossegue as atribuições cometidas ao Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, sob a superintendência e tutela do respectivo Ministro.

Assume-se como um organismo de gestão das operações nas suas componentes de prestações, contribuições e acção social e de orientação técnica, coordenação e apoio ao funcionamento da estrutura orgânica do sistema de segurança social.

Foi criado pelo Decreto-Lei n.º 45-A/2000, de 22 de Março, viu os seus estatutos aprovados pelo Decreto-Lei n.º 316-A/2000 de 7 de Dezembro, posteriormente alterados pelo Decreto-Lei n.º 112/2004 de 13 de Maio.

A sua estrutura orgânica foi definida e regulamentada pela Portaria n.º 543-A/2001, de 30 de Maio.

As principais **referências estratégicas** do ISS, I.P. integram:

Visão - garantir a protecção e integração social dos cidadãos;

Missão - assegurar o cumprimento dos objectivos da segurança social pública nos domínios da gestão das contribuições e prestações sociais e do exercício da acção social, visando garantir o direito de acesso a todos os cidadãos;

² Capítulo VI, Artigo 115.º

Os **Valores** que prossegue são os seguintes:

- Absoluto respeito pelos direitos, interesses e expectativas dos contribuintes e beneficiários;
- Cortesia, honestidade e respeito pela dignidade de todos os cidadãos;
- Não discriminação dos cidadãos, designadamente em função do sexo, nacionalidade, raça, religião ou condição física ou psíquica;
- Equidade social – tratamento igual de situações iguais;
- Diferenciação positiva – tratamento diferenciado de situações desiguais;
- Motivação e empenhamento dos colaboradores;
- Melhoria contínua;
- Preservação ambiental.

Relativamente à Política da Qualidade o ISS, I.P., assegura o cumprimento dos requisitos e a melhoria contínua do Sistema de Gestão da Qualidade e propõe-se satisfazer as necessidades de cada cidadão, através da prestação de um serviço eficiente e eficaz, mais próximo do cidadão, personalizado e com prazos adequados.

Enumeram-se os **Objectivos Estratégicos Primários e Subsidiários**, cuja concretização mobilizou, de forma abrangente, toda a sua estrutura orgânica.

Objectivos Estratégicos Primários:

1. Promover uma cultura de cumprimento contributivo;
2. Melhorar o desempenho das prestações;
3. Reforçar a protecção social - Conseguir "mais social" em tempos de crise;
4. Reforçar a unidade e identidade do sistema;
5. Promover uma gestão qualificada e fortemente profissional.

Objectivos Estratégicos Subsidiários:

- 1.1 - Renovar esforços ao nível da arrecadação das receitas da Segurança Social, aumentando os níveis de eficácia no combate à fraude e evasão contributivas;
- 1.2 - Combate à fraude no acesso indevido a prestações;
- 2.1 - Assegurar um processamento atempado, cuidado e controlado com redução progressiva dos TMP, garantindo a substituição dos rendimentos em tempo útil;
- 3.1 - Combater a pobreza dos mais idosos;
- 3.2 - Dinamizar um programa nacional de creches que promova a escolha dos pais no acesso à resposta;
- 3.3 - Promover uma cobertura eficaz e equilibrada de serviços e equipamentos sociais que crie condições de autonomia às pessoas portadoras de deficiência;
- 4.1 - Promover a criação de uma imagem homogénea e a visibilidade crescente do Sistema;
- 4.2 - Garantir um nível de informação e atendimento aos cidadãos e empresas qualitativamente elevado, promovendo o aumento da proximidade e acessibilidade aos serviços;
- 5.1 - Assegurar um modelo de gestão pragmático (fazer bem) em nome de princípios de eficiência e de ganhos de produtividade;
- 5.2 - Desenvolver uma gestão integrada dos recursos humanos reforçando a sua valorização individual e profissional.

Tem as seguintes **Atribuições:**

- a) Gerir as prestações do sistema de segurança social e os seus subsistemas de protecção social de cidadania, de protecção à família e de previdência;
- b) Garantir a realização dos direitos e promover o cumprimento das obrigações dos beneficiários do sistema de solidariedade e segurança social e, ainda, dos contribuintes que não sejam atribuição de outra instituição;
- c) Desenvolver a cooperação com as instituições particulares de solidariedade social e exercer, nos termos da lei, a sua tutela;

- d) Exercer, em articulação com a Inspeção-Geral do Ministério da Segurança Social e do Trabalho a acção fiscalizadora do cumprimento dos direitos e obrigações dos beneficiários e das instituições particulares de solidariedade social e outras entidades privadas que exerçam actividades de apoio social;
- e) Promover o licenciamento dos serviços e estabelecimentos de apoio social;
- f) Promover a divulgação da informação e as acções adequadas ao exercício do direito de informação e de reclamação dos interessados, bem como a dignificação da imagem do sistema de segurança social;
- g) Aplicar coimas às contra-ordenações relativas aos estabelecimentos de apoio social e a beneficiários e contribuintes, nos termos referidos no n.º4 do artigo 7.º do decreto-lei preambular;
- h) Assegurar, no seu âmbito de actuação, o cumprimento das obrigações decorrentes dos instrumentos internacionais em matéria de segurança social;
- i) Assegurar as relações externas em matéria das suas atribuições, designadamente no âmbito da União Europeia, em articulação com o Departamento de Assuntos Europeus e Relações Internacionais e o Departamento da Cooperação, sem prejuízo das atribuições do departamento de Relações Internacionais da Segurança Social.

O ISS, I.P. prosseguiu e desenvolveu as actividades inerentes aos seus Objectivos e Atribuições através de uma estrutura composta por:

- 15 Serviços Centrais
 - Gabinete Técnico de Apoio para os Fundos e Programas Europeus
 - Gabinete da Qualidade
 - Gabinete de Auditoria Interna
 - Gabinete de Avaliação Procedimental e Normativa
 - Conselho Médico
 - Departamento de Recursos Humanos
 - Departamento Financeiro
 - Departamento de Planeamento e Sistemas de Informação
 - Departamento de Atendimento ao Cidadão e Comunicação

- Departamento de Enquadramento, Vinculação, Previdência e Apoio à Família
- Departamento de Protecção Social de Cidadania
- Área de Investigação e Conhecimento
- Área de Contribuintes
- Área de Administração e Património
- Protecção Jurídica / Apoio Judiciário
- Centro Nacional de Pensões
- 5 Serviços Regionais de Fiscalização
- 18 Centros Distritais de Segurança Social e respectivos Estabelecimentos Integrados.

Parte II - Gestão dos Recursos Afectos

Os Serviços do ISS, I.P. responsáveis pela execução das actividades de suporte – *que garantem a eficácia e eficiência das actividades de natureza nuclear, sendo estas, no caso vertente, a atribuição das prestações do sistema público de segurança social e do sistema de acção social* – asseguraram, no ano em análise, uma gestão rigorosa dos recursos que lhes estavam afectos e que tinham por competência administrar.

II.1 Recursos Financeiros

O ISS, I.P. no exercício das suas actividades – nucleares e de suporte – realizou uma despesa global de 15.630.130 milhares de euros, que se traduziu numa variação de 7 pontos percentuais face ao ano anterior. A estrutura da despesa é a que se apresenta no Quadro 1

Quadro 1 Estrutura da despesa global

Unidade: milhares de euros

| Despesa por Agrupamento Económico | 2005 | | 2004 | | Variação | |
|--|-------------------|---------------|-------------------|---------------|------------------|-------------|
| | Despesa | % | Despesa | % | Despesa | % |
| 01 - Despesas com Pessoal | 315.941 | 2,0% | 298.967 | 2,1% | 16.974 | 5,7% |
| 02 - Aquisição de Bens e Serviços | 60.011 | 0,4% | 64.369 | 0,4% | -4.358 | -6,8% |
| 03 - Juros e Outros Encargos | 3.832 | 0,0% | 112 | 0,0% | 3.720 | 3321,4% |
| 04 - Transferências Correntes | 15.212.319 | 97,3% | 14.174.752 | 97,3% | 1.037.567 | 7,3% |
| 05 - Subsídios | 8.233 | 0,1% | 7.686 | 0,1% | 547 | 7,1% |
| 06 - Outras Despesas Correntes | 2.946 | 0,0% | 2.775 | 0,0% | 171 | 6,2% |
| 07 - Aquisição de Bens de Capital | 14.188 | 0,1% | 14.540 | 0,1% | -352 | -2,4% |
| 08 - Transferências de Capital | 12.660 | 0,1% | 9.169 | 0,1% | 3.491 | 38,1% |
| Total | 15.630.130 | 100,0% | 14.572.370 | 100,0% | 1.057.760 | 7,3% |

Fonte: ISS, I.P. (D.F.)

Verifica-se que é o agrupamento económico “*Transferências Correntes*” que maior peso teve no total das despesas (97%), por contemplar as despesas efectuadas com as áreas de negócio do Instituto:

- **Regimes:** as Prestações representam 91% do total da despesa do Instituto e 93% da rubrica;
- **Ação Social:** representa 6% do total da despesa do Instituto e inclui o apoio às Instituições Particulares de Solidariedade Social (domínio mais relevante do ponto de vista financeiro) e a outros programas, representando 7% da rubrica “Transferências Correntes”.

Dos oito agrupamentos económicos, dois registaram uma variação negativa e os restantes tiveram variação positiva. Os que registaram variação negativa foram as rubricas de Aquisição de Bens e Serviços e de Aquisição de Bens de Capital.

Quanto aos restantes agrupamentos, houve um aumento fora do comum na rubrica de Juros e Outros Encargos e significativo na rubrica de Transferências de Capital (neste caso foi a componente nacional do QCA III e as verbas inscritas em PIDDAC para os equipamentos das IPSS e outras entidades que fez subir o aumento dos gastos em relação ao ano de 2004).

II.2 Recursos Humanos³

II.2.1 Caracterização

No corrente ano de 2005, prestaram serviço no ISS, I.P. 15.223 trabalhadores, **menos 709** que em 2004. A diminuição de trabalhadores traduz-se em 4,5 % do total de efectivos, para a qual contribuiu, essencialmente, o sector de pessoal com vínculo aos quadros. Neste grupo, o peso das saídas incidu nas chefias e nas carreiras administrativa e de pessoal auxiliar com saídas superiores a 70 unidades em qualquer delas e que nas três perfaz um total de 459 elementos. Os restantes 250 trabalhadores encontravam-se afectos a outras carreiras.

Paralelamente a esta diminuição houve, também, um aumento de trabalhadores no grupo de “Contrato de Trabalho sem Termo” sem, contudo, ter influenciado a

³ Fonte: ISS, I.P. (DRH - Balanço Social 2005)

diminuição de recursos humanos registada (a diferença entre as admissões e as saídas neste grupo saldou-se por um acréscimo de 50 trabalhadores).

As características dos trabalhadores do Instituto são as seguintes:

- A predominância de trabalhadores pertence ao sexo feminino, sendo 79,7% do total dos efectivos;
- A escolaridade varia entre os 4 e os 12 anos para 70,7% dos trabalhadores efectivos, sendo que 56,6% destes pertencem ao sexo feminino;
- Relativamente à idade, é maior a percentagem de trabalhadores que se situa na faixa etária dos 50-54 anos e que representa 24% do total de efectivos, sendo que 18,3% destes pertencem ao sexo feminino. Salienta-se o facto de 58% dos trabalhadores do Instituto se situar nas faixas etárias entre os 45 e os 59 anos. O nível médio de idades no Instituto é de 46,93;
- Quanto à antiguidade, 31,4% dos efectivos pertence ao grupo que tem entre os 30 e os 35 anos de serviço, logo seguido pelo grupo de trabalhadores que conta até 5 anos de serviço e que representa 20,3% do total de efectivos. O nível médio de antiguidade ao serviço é de 19,93;
- O grupo de trabalhadores com maior peso na organização pertence à carreira administrativa, representando 44,7% do total de efectivos, seguido do grupo de trabalhadores da carreira de auxiliar, representando 19,3% e o da carreira técnica superior que representa 15,4%;
- A relação jurídica de emprego em relação ao total de efectivos, verifica-se do seguinte modo: é de 78,2% de trabalhadores com nomeação definitiva nos vários quadros de pessoal, de 17% com contrato individual de trabalho sem termo, de 3,5% no regime de prestação de serviços, de 0,9% em pessoal requisitado/destacado, de 0,4% em outras situações e de 0,01% com contrato administrativo de provimento;
- O número de trabalhadores com deficiência afectos ao serviço foi de 372, ou seja, 2,4% do total de efectivos;
- Registou-se um aumento do número de dias de ausência ao serviço, **mais 26.762 dias** do que no ano de 2004. Este aumento ficou a dever-se a três tipos de ausência: maternidade/paternidade, doença e doença prolongada. Dos doze

grupos de pessoal existentes só cinco deles não foram afectados por esse aumento, tendo até registado uma diminuição de dias de ausência em relação ao ano anterior.

II.2.2 Formação

Os trabalhadores do ISS, I.P. frequentaram, em 2005, 2.019 acções de formação, sendo 923 ministradas pelo Instituto e 1.096 por entidades externas. Destacam-se as acções com duração inferior a 30 horas que representam 84,5% do total das realizadas.

O número de participantes em acções de formação foi de 11.333 e foram despendidas 191.643 horas. Considerando um dia de trabalho igual a 7 horas, verifica-se que foram utilizados 27.378 dias de trabalho, o que corresponde em média a 2,4 dias de formação por participante.

Destacam-se os grupos profissionais com maior número de acções de formação: pessoal administrativo 39,5%, pessoal técnico superior 32,8% e, dirigentes e chefias 15,1%.

De acordo com o Balanço Social, a despesa total anual com as acções de formação ascendeu a 457.709 euros. Em média, o Instituto despendeu, em formação, 40 euros por formando e 30 euros por trabalhador.

II.2.3 Promoção na carreira

Em 2005 houve 1.821 trabalhadores que foram promovidos o que representa 12% do total de efectivos.

Há a registar, ainda, outras mudanças na situação dos trabalhadores: por motivo de progressão nas respectivas carreiras foram abrangidos 2.089 (13,7% do total de efectivos) e por reconversões e reclassificações foram abrangidos 44 (0,3% do total de efectivos).

II.2.4 Despesa global com pessoal

A despesa em “Encargos com Pessoal” sofreu um aumento de 5,7% em relação ao ano de 2004, sendo de 2% no total das despesas do Instituto.

As rubricas que mais contribuíram para esse aumento, para além das Remunerações Certas e Permanentes foram a da Ajudas de Custo e a do Abono para Falhas.

As restantes rubricas diminuíram nos valores dos encargos em relação ao ano transacto.

II.2.4.1 Encargos com prestações sociais

Estes encargos têm duas vertentes: a da atribuição de subsídios aos trabalhadores do Instituto qualquer que seja o seu vínculo laboral e a da vertente colectiva, ou seja, a da atribuição de subsídios por força da organização dos trabalhadores no movimento associativo.

Quanto à primeira vertente, verificou-se um aumento de cerca de 6,2% em relação ao ano de 2004. Quanto à segunda vertente, houve uma diminuição de cerca de 14,7% em relação ao referido ano.

II.3 Recursos Físicos

II.3.1 Edifícios⁴

Os Serviços do ISS, I.P. funcionam em 680 edifícios, dos quais 500 são sua propriedade, encontrando-se o seu valor patrimonial estimado em 500 milhões de euros, de acordo com a Área de Administração e Património. Os restantes 180 edifícios são arrendados, tendo sido, em 2005, de 4.056 milhares de euros as despesas de locação.

II.3.2 Rede de Atendimento

Em conformidade com o Estudo Nacional Serviços Atendimento – 1º semestre 2005⁵, o ISS, I.P. detém 412 Serviços de Atendimento⁶ - 352 em funcionamento permanente, 60 em funcionamento parcial, que realizaram 8.297.780 atendimentos (atendimento geral, tesouraria e acção social).

Em função da tipologia os 412 Serviços de Atendimento encontram-se assim distribuídos:

- 252 Serviços Locais;
- 125 Balcões;
- 25 Serviços Informativos⁷;
- 8 Postos Segurança Social Loja do Cidadão;
- 2 Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante (CNAI).

Foram realizados, no 1º semestre 2005⁸, 8.297.780 atendimentos nos 412 Serviços pertença da Rede de Atendimento do ISS; I.P. sendo 5.009.414 a Beneficiários,

⁴ Dados de 2004

⁵ Fonte: ISS, I.P./DACC

⁶ Os Serviços de Atendimento englobam as diversas tipologias de serviços: Serviços Informativos, Serviços Locais, Balcões de Atendimento e Postos de Atendimento da Segurança Social nas Lojas do Cidadão.

⁷ Inclui os 3 Serviços Informativos do Centro Nacional de Pensões

317.043 a Contribuintes, 2.808.449 em Tesourarias e 162.874 na Acção Social, que representam no total havido 60%, 34%, 4% e 2% respectivamente.

Comparativamente ao período homólogo (1º semestre 2004) verifica-se um decréscimo dos atendimentos realizados: - 4,6%.

Neste domínio assistiu-se à implementação do **Sistema de Gestão de Qualidade nos Serviços de Atendimento** (Serviços de Atendimento de Aveiro, Beja, Centro Nacional de Pensões e Centro de Recursos em Conhecimento) cujo objectivo maior é a melhoria do serviço prestado ao cliente (beneficiários e contribuintes), reduzindo o tempo de espera e o número de deslocações para tratamento de assuntos.

Foi criado um novo serviço on-line, **Segurança Social Directa**, disponível no portal da Segurança Social e acessível desde 28 de Novembro 2005.

II.4 Despesas de Investimento⁹

II.4.1 Programa Orçamental P06 – Construção, Remodelação e Apetrechamento das Instalações

O Programa Orçamental P06 – Construção, Remodelação e Apetrechamento das Instalações definiu para o ano 2005 cinco Medidas, que no seu conjunto realizaram uma despesa de 8.335 milhares de euros, a que corresponde a uma execução financeira de 66% relativamente à dotação ajustada (12.830 milhares de euros).

As cinco Medidas incorporaram os projectos que abaixo se discriminam e de que se apresenta o respectivo comportamento:

⁸ Fonte: ISS, I. P./DACC

⁹Fonte. Relatório de Execução 2005, Assessoria ao CD

Medida 1 – Aquisição de novos edifícios e/ou terrenos e respectivo apetrechamento

Projecto 4202 – Construção de raiz, aquisição e apetrechamento dos serviços do ISS

Grau de execução financeira – 4%

Serviços Executores: CDSS Bragança e Évora (construção de raiz) e Leiria (Serviços Locais)

Medida 2 – Grandes ampliações e apetrechamentos de instalações

Projecto 4211 – Ampliação, remodelação e apetrechamento de sedes dos serviços do ISS

Grau de execução financeira – 21%

CDSS de Viana do Castelo (remodelação Edifício Sede e Serviços Locais)

Medida 3 – Conservação/ beneficiação dos bens e equipamentos

Projecto 1018 – Obras de conservação, beneficiação, remodelação e apetrechamento dos serviços do ISS, I.P.

Grau de execução financeira – 79%

Serviços Executores: 18 CDSS, CNP e Serviços Centrais

Medida 4 – Acesso ao cidadão de novas instalações/ serviços

Projecto 4213 – Construção de novas instalações/ serviços locais do ISS, I.P. destinados ao atendimento do utente

Grau de execução financeira – 91%

Serviços Executores: CDSS de Beja, Braga, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Faro, Santarém e Setúbal

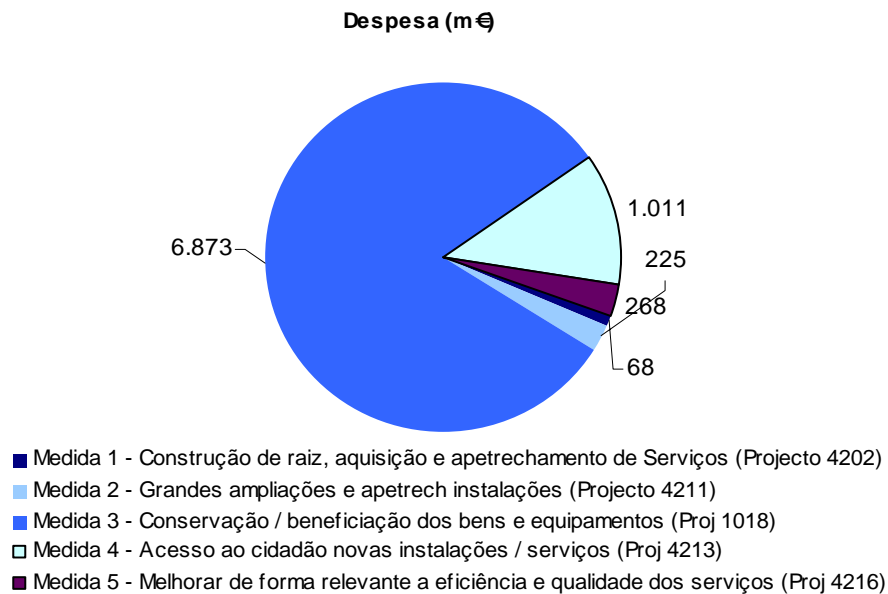
Medida 5 – Melhorar de forma relevante a eficiência e qualidade dos serviços

Projecto 4216 – Obras de remodelação de instalações dos serviços do ISS com aumento significativo da capacidade

Grau de execução financeira - 87%

Serviços Executores: CDSS de Braga, Castelo Branco e Santarém

Figura 1 PIDDAC Instalações e Apetrechamento de Serviços



II.4.2 Projecto 1034 - ISS – Informatização da Segurança Social

O Projecto 1034 insere-se na Medida M004 – Novas Capacidades Tecnológicas e Racionalização de Custos de Comunicação, pertença do Programa Orçamental P001 – Sociedade de Informação e Governo Electrónico.

No global o Projecto que teve uma dotação de 2.349.505 euros, da qual 1.260.885 para hardware e 1.088.620 para software, sendo que apresentou uma execução financeira de 83%. Todos os Serviços do ISS, I.P. (18 CDSS, CNP e Serviços Centrais) foram abrangidos pelo Projecto.

II.5 Alterações estrutura orgânica

Apresentam-se as principais alterações introduzidas na estrutura orgânica com influência nos resultados que o ISS, I.P. para além da sua gestão corrente, concretizou só ou em parceria com outros Organismos Estatais:

- Reorganização dos Sectores e Equipas nos Centros Distritais e Centro Nacional de Pensões (deliberação n.º 217/2005, 2 de Novembro);
- Criação de uma equipa de projecto “Obras – Regiões de Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve (deliberação n.º 244, 2005, 7 de Dezembro);
- Reorganização dos Serviços de Fiscalização (deliberação n.º 265/2005, 28 de Dezembro, com efeitos a partir de Janeiro de 2006);
- Criação de uma equipa de projecto para a Integração dos Sistemas e Estruturas de Recursos Humanos (deliberação n.º 227/2005, 16 de Novembro);
- Procedimentos de controlo interno Tesourarias (deliberação 221/2005, de 9 de Novembro).

Parte III – Sistema de Segurança Social

Gestão das Prestações do Sistema Público de Segurança Social e do Sistema de Acção Social

As áreas de natureza nuclear do ISS, I.P. respeitam à gestão das prestações do sistema público de segurança social e das prestações e programas do sistema de acção social, tendo sido assegurado pelo Instituto o cumprimento das obrigações decorrentes do sistema público de segurança social e sistema de acção social.

III.1 Gestão das Prestações do Sistema Público de Segurança Social

O sistema público de segurança social (subsistema de solidariedade) viu aprovada, no ano em apreço, uma nova prestação monetária destinada a cidadãos nacionais e estrangeiros com baixos recursos, denominada “**Complemento Solidário para Idosos (CSI)**”.

III.1.1 Caracterização dos Beneficiários

III.1.1.1 Beneficiários Activos (Regime Geral)

O período em análise foi marcado por um decréscimo, relativamente a 2004, do número de beneficiários activos, conforme Quadro 2.

Quadro 2 Beneficiários Activos

| Anos | Total | | Trab. Conta Outrem (a) | | Independentes (b) | | Desempregados (c) | |
|----------------|------------------|-------------|------------------------|-----|-------------------|----|-------------------|-----|
| | Beneficiários | % | Beneficiários | % | Beneficiários | % | Beneficiários | % |
| 2005 | 4 374 330 | 100% | 3 486 442 | 80% | 392 423 | 9% | 495 465 | 11% |
| 2004 | 4 644 208 | 100% | 3 772 405 | 81% | 392 989 | 8% | 478 814 | 10% |
| Varição | -0,06 | | -0,08 | | 0,00 | | 0,03 | |

Fonte: IIESS

(a) nº de beneficiários distintos com pelo menos um registo de remuneração

(b) nº de trabalhadores distintos com pelo menos uma contribuição à S.Social

(c) nº de beneficiários distintos com pelo menos um processamento do subsídio de desemprego (todos os tipos de subsídios)

Assiste-se a uma perda de peso dos trabalhadores por conta de outrem, registando-se em contrapartida um aumento do peso dos trabalhadores independentes e trabalhadores desempregados, fruto da conjuntura que o País atravessa.

III.1.1.2 Beneficiários Inactivos (Pensionistas)

No que se refere ao número de Beneficiários Inactivos continua a registar-se um crescimento lento mas gradual do nº de pensionistas, para o qual contribuíram os pensionistas de velhice e sobrevivência. Os pensionistas por invalidez continuam a diminuir, situação que se explica pela incidência das acções de fiscalização verificadas (SVI).

Quadro 3 Beneficiários Inactivos (Pensionistas)

| Anos | Total | | Velhice | | Invalidez | | Sobrevivência | |
|----------------|------------------|--------------|--------------|------|--------------|------|---------------|------|
| | Pensionistas | % | Pensionistas | % | Pensionistas | % | Pensionistas | % |
| 2005 | 2 696 957 | 101,9 | 1 717 497 | 64,9 | 318 013 | 12,0 | 661 447 | 25,0 |
| 2004 | 2 647 110 | 100,0 | 1 682 285 | 63,6 | 338 715 | 12,8 | 626 110 | 23,7 |
| Varição | 0,02 | | 0,02 | | -0,06 | | 0,06 | |

Fonte: ISS, I.P. (CNP)

Os 2,7 milhões de pensionistas representam 27% da população residente do continente.

III.1.2 Principais Prestações Atribuídas, Beneficiários e Valores Processados

III.1.2.1 Subsídio de Doença

Em 2005, o decréscimo do número de beneficiários com subsídio de doença, já verificado entre 2004 e 2003 (-4%), continua a acentuar-se (-6%).

Regista-se em contrapartida um aumento do nº de dias subsidiados (31%), o que configura que os beneficiários com esta prestação se encontrem na situação requerida.

A despesa associada registou um decréscimo assinalável (- 22%).

Quadro 4 Subsídio de Doença

| Subsídio de Doença | 2005 | 2004 | 2003 | Varição 05/04 | Varição 04/03 |
|-------------------------------------|-------------|-------------|-------------|----------------------|----------------------|
| Número de Beneficiários | 528.220 | 563.689 | 588.238 | -6,3 | -4,2 |
| Número de Dias subsidiados | 36.099.990 | 27.582.470 | 46.794.143 | 30,9 | -41,1 |
| Despesa (milhares de euros)* | 427.757 | 547.623 | 454.950 | -21,9 | 20,4 |

Fonte: IIESS

* valor lançado

III.1.2.2 Subsídio de Maternidade

Em Portugal, a natalidade encontra-se em declínio. Existem estudos que prevêem para um futuro breve a inexistência de saldos demográficos positivos. A leitura do Quadro 5, ao retratar as variações ocorridas entre 2005/2004 e 2004/2003, confirma essa quebra.

Quadro 5 Subsídio de Maternidade

| Subsídio de Maternidade | 2005 | 2004 | 2003 | Varição 05/04 | Varição 04/03 |
|-------------------------------------|-----------|-----------|-----------|---------------|---------------|
| Número de Beneficiários | 76.127 | 76.721 | 75.154 | -1% | 2% |
| Número de Dias Processados | 9.321.952 | 6.570.838 | 9.284.284 | 42% | -29% |
| Despesa (milhares de euros)* | 212.886 | 196.949 | 171.929 | 8% | 15% |

Fonte: IIESS

* valor lançado

Esta prestação tem um comportamento similar à doença – decréscimo do nº de beneficiários, aumento do nº de dias processados (mais dias de maternidade e mais pais a recorrerem aos dias previstos na lei).

III.1.2.3 Subsídio de Desemprego e Social de Desemprego

O subsídio de desemprego regista em número de beneficiários um acréscimo de 5% relativamente ao ano de 2004.

O subsídio de social de desemprego, embora registe um decréscimo (-20%) no n.º de beneficiários abrangidos é atribuído durante mais tempo (subsídio de desemprego social subsequente – mais 13%) o que configura um desemprego de longa duração.

Quadro 6 Subsídio Desemprego e Social de Desemprego

Unidade: milhares de euros

| Desemprego | 2005 | | | 2004 | | | Varição | | |
|---|---------------|---------------|-----------|---------------|---------------|-----------|---------------|---------------|---------|
| | Beneficiários | Requerimentos | Despesa | Beneficiários | Requerimentos | Despesa | Beneficiários | Requerimentos | Despesa |
| Subsídio Desemprego (a) | 398 136 | 185 794 | 1 453 240 | 377 536 | 177 402 | 1 331 740 | 5% | 5% | 9% |
| Subsídio Social Desemprego (b) | 72 547 | 42 904 | 141 232 | 90 906 | 39 670 | 161 362 | -20% | 8% | -12% |
| Subsídio Social Desemprego Subsequente (b) | 86 991 | | 163 107 | 77 090 | | 133 355 | 13% | | 22% |

Fonte: IIESS

III.1.2.4 Prestações Familiares

De acordo com o Quadro 7 registou-se uma variação negativa de 2004 para 2005, quer no número de requerentes quer no número de titulares das três prestações em análise.

No que se refere à despesa, verifica-se uma variação entre 2004 e 2005 negativa (-7,7%) no que concerne ao abono de família para crianças e jovens.

Quadro 7 Prestações Familiares

Unidade: milhares de euros

| Prestações Familiares | 2005 (a) | | | 2004 (b) | | | Variação | | |
|--|-----------|-----------|---------|-----------|-----------|---------|----------|-----------|---------|
| | Requer. | Titulares | Despesa | Requer. | Titulares | Despesa | Requer. | Titulares | Despesa |
| Abono de família para crianças e jovens | 1 145 512 | 1 711 254 | 499 738 | 1 182 672 | 1 768 080 | 541 167 | -3,1 | -3,2 | -7,7 |
| Bonificação por deficiência | 49 905 | 53 644 | 38 106 | 55 503 | 60 140 | 37 594 | -10,1 | -10,8 | 1,4 |
| Subsídio por assistência a 3ª pessoa | 10 768 | 11 007 | 9 627 | 11 539 | 11 837 | 9 182 | -6,7 | -7,0 | 4,8 |

(a) Fonte: IIESS

(b) Fonte: IIESS, Estatísticas Segurança Social, Julho 2005

III.1.2.5 Rendimento Social de Inserção (RSI)

O ano 2005 pode ser considerado o ano de maturação da prestação em análise, como de pode verificar pela análise do Quadro 8 onde se registam crescimentos exponenciais.

Quadro 8 Rendimento Social de Inserção

| RSI | 2005 (b) | 2004 (c) | Variação |
|--|----------|----------|----------|
| Beneficiários (titular e não titular) | 202 101 | 86 229 | 134,4 |
| Valor Processado (a) | 152 121 | 46 186 | 229,4 |

Nota: Dados sujeitos a actualizações

(a) milhares de euros

(b) Fonte: IIESS

(c) Fonte: IIESS, Estatísticas Segurança Social, Julho 2005

III.1.2.6 Protecção Jurídica

A Lei n.º 30-E/2000, de 20 de Dezembro, modificada pela Lei n.º 34/2004, de 29 de Julho, alterou o regime de acesso ao direito e aos tribunais, atribuindo aos serviços da segurança social a apreciação dos pedidos de concessão de apoio judiciário, assegurando a todos os que, por razões sociais, culturais e financeiras, o não impedimento do exercício ou defesa dos seus direitos.

O sistema de acesso ao direito e aos tribunais procedeu, em 2005, ao deferimento de 95.102 pedidos, ao indeferimento de 17.354 pedidos, encontrando-se a aguardar decisão 127.821 pedidos.

III.1.3 Principais Resultados Alcançados

Foram fixados como objectivos primordiais no sistema público de segurança social a redução dos tempos médios de processamento das prestações e o combate à fraude e evasão contributiva e prestacional.

III.1.3.1 Tempos médios de processamento

Foram fixados como objectivos primordiais a redução dos tempos médios de processamento das prestações e o combate à fraude e evasão contributiva e prestacional.

Verificou-se a nível nacional e por comparação com o mês homólogo (Dezembro 2004/2005) que das seis prestações atribuídas apenas duas viram os seus tempos médios de processamento reduzidos: subsídio de maternidade, de 19 para 18 dias e rendimento social de inserção, de 172 para 158 dias.

As restantes prestações viram os seus tempos médios de processamento aumentados: subsídio de doença de 25 para 29 dias, subsídio de desemprego de 44 para 45 dias, subsídio social de desemprego de 49 para 52 dias e prestações familiares de 35 para 52 dias, conforme Quadro 9.

Quadro 9 Tempos Médios de Processamento

| Mês | Subsídio de Doença (inicial) | Subsídio de Maternidade | Subsídio de Desemprego | Subsídio Social de Desemprego | Prestações Familiares | Rendimento Social de Inserção |
|--------|------------------------------|-------------------------|------------------------|-------------------------------|-----------------------|-------------------------------|
| Dez 04 | 25 | 19 | 44 | 49 | 35 | 172 |
| Dez 05 | 29 | 18 | 45 | 52 | 52 | 158 |

Fonte: IIESS, Sistema de Estatísticas da Segurança Social

III.1.3.2 Combate à Fraude e Evasão Contributiva e Prestacional

Nesta vertente foi prosseguido o objectivo de redução das oportunidades de acesso indevido às prestações, tendo sido criado para o efeito e ao nível do Ministério do Trabalho e Solidariedade Social o Plano de Combate à Fraude e Evasão Contributivas e Prestacionais, com os seguintes objectivos:

- Reforço das acções de fiscalização;
- Selecção dos Contribuintes e Beneficiários através de indicadores de Risco;
- Aperfeiçoamento do sistema de cruzamento de dados interno;
- Cruzamento de dados com a Administração Fiscal e o Instituto do Emprego e Formação Profissional.

Os resultados alcançados foram os seguintes:

Receita:

- Recolhidos 297,6 milhões de euros, dos quais 112 milhões de euros se referem à dívida cobrada por execução do processo.

Contribuintes:

- Notificadas 123.407 entidades empregadoras;
- Notificados 278.859 trabalhadores independentes;
- Realizadas 22.620 acções de fiscalização a contribuintes;
- Montante recuperado – 280.703.739 €

Beneficiários:

- Convocatórias para Serviço Verificação de Incapacidades (SVI) – 122.252;
- Acções de verificação de SVI – 96.126;
- Acções de Fiscalização domiciliária Subsídio de Doença – 20.665;
- Acções de Fiscalização Subsídio de desemprego – 19.516;
- Acções de Fiscalização a agregados familiares com RSI e RMG – 22.316;
- Poupança estimada – 16.871.845€

III.1.3.2.1 – Serviço de Verificação de Incapacidades

Apresenta-se quadro comparativo com os principais resultados verificados na fiscalização operada pelo Sistema de Verificação de Incapacidades, com realce para os aumentos verificados no número de beneficiários convocados e concretização das convocatórias.

Quadro 10 Sistema de Verificação de Incapacidades

| Anos | nº de beneficiários convocados | nº de convocatórias concretizadas | Não subsistência de Incapacidade | Subsistência de Incapacidade | Faltas beneficiários |
|----------------|--------------------------------|-----------------------------------|----------------------------------|------------------------------|----------------------|
| 2005 | 121.189 | 91.986 | 27.751 | 64.235 | 24.624 |
| 2004 | 109.120 | 79.284 | 22.181 | 57.103 | 29.836 |
| <i>Varição</i> | <i>11,1</i> | <i>16,0</i> | <i>25,1</i> | <i>12,5</i> | <i>-17,5</i> |

Fonte: IIESS

III.2 Sistema de Acção Social - Prestações, Serviços e Programas ¹⁰

Assinala-se no âmbito do Subsistema da Acção Social a implementação do Modelo de Avaliação da Qualidade das Respostas Sociais desenvolvidas por Estabelecimentos Oficiais, Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e Estabelecimentos Privados. A primeira fase deu por concluídos quatro modelos de Avaliação da Qualidades das Respostas Sociais – Creche, Centro de Actividades de Tempos Livres, Centro de Dia e Apoio Domiciliário, encontrando-se a decorrer a segunda fase com cinco modelos – Lar de Idosos, Lar Residencial, Centro de Actividades Ocupacionais (CAO), Lar de Crianças e Jovens e Centros de Acolhimento Temporário.

No domínio da cooperação com as Instituições Particulares de Solidariedade Social verificou-se a sistematização das orientações na celebração de acordos com aplicação do princípio da diferenciação positiva.

O Sistema de Acção Social exerce a sua acção nas áreas de intervenção:

- Área da Solidariedade, Inserção e Emergência Social;
- Área da Infância e Juventude;
- Área da Adopção;
- Área do Envelhecimento, Dependência e Deficiência;
- Área da Cooperação e Rede Social;
- Área de Programas Investimentos (Nacionais e Comunitários)

onde assegura a concretização das suas Prestações, Serviços e Programas, de que se apresentam as mais representativas.

¹⁰ Dados Físicos – Fonte – ISS; I.P./DPSC

III.2.1 Área da Solidariedade, Inserção e Emergência Social

III.2.1.1 Rendimento Social de Inserção – Programas de Inserção

Os programas de inserção do rendimento social de inserção são constituídos por um conjunto de acções destinadas à gradual integração social dos titulares desta medida, bem como dos membros do seu agregado familiar.

Foram assinados 21.203 Acordos de Inserção que abrangeram 50.812 beneficiários, o que representa 25% da totalidade dos beneficiários abrangidos por esta prestação (202.101 beneficiários).

III.2.1.2 Linha Nacional de Emergência Social

A Linha Nacional de Emergência Social (LNES), em funcionamento desde Setembro de 2001, é um serviço público, gratuito e com funcionamento ininterrupto. Tem como finalidade accionar uma resposta imediata às situações de emergência social com posterior encaminhamento/acompanhamento social e dirige-se a todo o cidadão em situação de emergência social, nomeadamente pessoas vítimas de violência doméstica, pessoas sem abrigo, crianças e jovens em risco e idosos em situação de abandono.

No ano 2005 a LNES recebeu 275.483 chamadas o que comparado com 2004, dá um aumento de 42%. Da totalidade de chamadas recebidas apenas 7% foram de situações relacionadas com a Linha.

Quadro 11 Emergência Social

| Linha Nacional de Emergência Social (LNES) | Ano de 2005 | | Ano de 2004 | | Variação |
|--|-------------|-----|-------------|------|----------|
| | Total | % | Total | % | |
| Número total de chamadas atendidas | 275.483 | | 194.119 | | 41,9 |
| Número de situações atendidas | 20.845 | 7,6 | 24.697 | 12,7 | -15,6 |

Observações: A diferença entre o número de situações atendidas e o número de chamadas atendidas corresponde a chamadas não relacionadas com a função da Linha

Fonte: ISS, I.P. (DPSC)

III.2.1.3 Problemáticas Emergentes¹¹

As problemáticas emergentes são abordadas numa perspectiva de apoio económico prestado directamente aos beneficiários e por via das entidades promotoras do seu acompanhamento.

Foram duas as problemáticas abordadas:

- **Toxicod dependência** - atendidos 8.328 indivíduos e 8.434 famílias, tendo sido concretizados 5.887 apoios económicos com uma despesa de 6.573 milhares de euros;
- **VIH** - atendidos 9.067 indivíduos isolados e 7.086 famílias, tendo resultado um apoio económico em 6.520 casos, com uma despesa anual de 5.487 milhares de euros.

III.2.1.4 Atendimento Social

O Atendimento Social é um serviço prestado pelo sistema de Acção Social que se destina a informar, orientar, encaminhar e apoiar indivíduos e famílias não abrangidas pelo sistema público de segurança social.

¹¹ Fonte: ISS,I.P. (DPSC)

As tipologias onde se registou um maior volume de despesa são apresentadas no Quadro 12.

Quadro 12 Atendimento Social – Principais tipologias de despesa

Unidade: milhares de euros

| <i>Tipologia</i> | <i>Valor</i> |
|--|--------------|
| Subsídios eventuais a famílias em carência | 14.300 |
| Subsídios eventuais a famílias (programa Luta contra a Sida) | 4.408 |
| Subsídios por utilização de lares com fins lucrativos | 11.295 |
| Emergência para calamidades | 462 |
| Ajudas Técnicas | 3.658 |

Fonte: ISS,I.P. (DF)

III.2.2 Área da Infância e Juventude

III.2.2.1 Acolhimento Familiar de Crianças e Jovens em Risco

Esta resposta social consiste no acolhimento transitório e temporário, por famílias consideradas idóneas e tecnicamente enquadradas, de crianças e jovens em situação de perigo, vítimas de negligência, maus tratos, abandono, entre outras problemáticas, nos casos de ausência de familiares e/ou insuficiência de respostas sociais.

Para assegurar este Serviço existem 4.357 famílias de acolhimento que acolheram 5.655 Crianças e Jovens, tendo sido contabilizada uma despesa de 3.557 milhares de euros nesta resposta social.

III.2.2.2 Amas/ Creches Familiares

O Serviço Amas é prestado por pessoa que, por conta própria e mediante retribuição, (integrada ou não em Creche Familiar e enquadrada técnica e financeiramente pelos

Centros Distritais de Solidariedade e Segurança Social, ou Instituições Particulares de Solidariedade Social que desenvolvam actividades no âmbito da 1ª e 2ª infâncias), cuida, no seu domicílio, de crianças até 3 anos de idade durante o período de trabalho ou impedimento dos pais.

Creches Familiares são conjuntos de 12 a 20 amas, residentes na mesma zona geográfica e enquadradas técnica e financeiramente pelos Centros Distritais de Solidariedade e Segurança Social ou Instituições Particulares de Solidariedade Social que desenvolvam actividades no âmbito da 1ª e 2ª infâncias.

O n.º de Amas e Creches Familiares na área geográfica de intervenção do Instituto é de 1.498 que têm a seu cargo 5.498 crianças.

A despesa, nesta resposta social, ascendeu a 12.727 milhares de euros.

III.2.2.3 Assessoria Técnica aos Tribunais

Este Serviço tem por objectivo prestar apoio técnico às decisões dos Tribunais no âmbito de processos judiciais de promoção e protecção de crianças e jovens com menos de 18 anos assim como executar e/ou acompanhar medidas de promoção e protecção e apoiar as crianças e jovens que intervenham em processos judiciais.

Foram efectuadas 28 753 solicitações aos Tribunais.

Das 9 427 medidas executadas salientam-se as que foram dirigidas a apoio aos pais (39%), a acolhimento institucional (34%) e a adopção (3%).

III.2.2.4 Plano de Intervenção Imediata (PII)

Este Plano tem por objectivo recolher anualmente os dados de caracterização sobre a existência e evolução dos projectos de vida das crianças e jovens que estejam acolhidos em lares, centros de acolhimento e famílias de acolhimento, a fim de monitorizar a sua situação e contribuir para a desinstitucionalização, sempre que seja possível.

Foram, no ano em apreço, sinalizados 3.268 crianças e jovens em acolhimento familiar e 8 368 em acolhimento institucional.

Das crianças e jovens sinalizados concretizaram-se 1.955 Projectos de Vida e 8.080 estão com processo de promoção e protecção.

III.2.2.5 Programa Ser Criança

O Programa Ser Criança (Despacho n.º 3269/2000, de 10 de Fevereiro, Despacho n.º 26/MSSS/95, de 28 de Dezembro) foi criado dentro de uma reforma do sistema de protecção da criança e do jovem em risco para dar corpo a uma intervenção precoce, preventiva ou correctiva.

O Programa Ser Criança tem 66 Projectos em curso, respectivamente 26 projectos de Autarquias, 39 de IPSS e 1 de Misericórdias.

A despesa efectuada neste programa foi de 4.460 milhares de euros.

III.2.3 Área da Adopção

Adopção é o vínculo jurídico que promove a pertença de uma criança a uma família, e que, à semelhança da filiação natural, mas independentemente dos laços de sangue, se estabelece legalmente por sentença judicial.

No ano 2005 foram decretadas 270 adopções, encontrando-se em situação de pré-adopção 402 crianças. Foram integradas em famílias adoptantes 448 crianças, a aguardar integração encontram-se 236 crianças e sem processo jurídico iniciado e concluído 718 crianças.

Em 2005 foram seleccionados 730 candidatos à adopção, encontrando-se em estudo 560 candidaturas.

Candidatos a crianças a cargo foram seleccionadas, em 2005, 80 candidaturas, encontrando-se 48 em estudo.

III.2.4 Área do Envelhecimento, Dependência e Deficiência

III.2.4.1 Programa de Apoio Integrado a Idosos (PAII)

O Programa de Apoio Integrado Idosos (PAII), de âmbito nacional, tem como principais objectivos, assegurar cuidados, com carácter urgente e permanente, que mantenham a autonomia dos idosos no domicílio e no seu ambiente habitual de vida, assim como, estabelecer e criar medidas destinadas a assegurar a mobilidade dos idosos e a acessibilidade a benefícios e serviços.

Para concretizar estes objectivos, o PAII tem em desenvolvimento 106 projectos, donde se destacam 76 projectos de Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), que abrangem 2.831 pessoas, 12 projectos de Centros de Apoio a Dependentes (CAD)

abrangendo 1.672 pessoas, 16 projectos de Formação de Recursos Humanos (FORHUM) com 1.681 pessoas para além dos projectos de Saúde e Termalismo, Passes da Terceira Idade e Serviços de Tele-alarque (STA).

A despesa efectuada em 2005 com este programa foi de 9.616 milhares de euros.

III.2.4.2 Acolhimento Familiar a Idosos

Esta resposta social consiste no acolhimento transitório e temporário, por famílias consideradas idóneas, nos casos de ausência de familiares e/ou insuficiência de respostas sociais.

Na área dos Idosos existem 333 famílias de acolhimento que prestaram este tipo de serviço a 392 idosos.

A despesa efectuada neste ano e para esta resposta foi de 26 milhares de euros.

III.2.4.3 Programa de Apoio a Iniciativa Privada (PAIPS)

O Programa de Apoio à Iniciativa Privada, criado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 91/99 de 12 de Agosto, visa a melhoria qualitativa e quantitativa dos serviços dirigidos à população idosa através, entre outros:

- do acréscimo da oferta do número de lugares em lares de idosos;
- da criação de equipamentos e serviços para desenvolvimento de novas soluções (alojamento temporário);
- da criação de condições para o acolhimento em lar de idosos de idosos em situação de dependência.

O período de candidaturas decorreu até ao final de 2001.

Os projectos ainda em curso e de acordo com informação do Departamento Financeiro, registaram uma despesa de 876 milhares de euros, verificando-se uma descida de cerca de 61,6% na despesa em relação ao ano de 2004.

III.2.5 Área da Cooperação e Rede Social

III.2.5.1 Cooperação com as Instituições Particulares de Solidariedade Social

A cooperação com as Instituições Particulares de Solidariedade Social assume-se como o domínio mais relevante do exercício da Acção Social. Em termos financeiros representa 95% da despesa (947.350 milhares de euros).

Em 2005 encontram-se celebrados 14.840 acordos de cooperação, que abrangem 738.552 utentes, respectivamente 327.813 na área da infância e juventude, 12.266 na área da família e comunidade, 14.820 na área da invalidez e reabilitação e 383.653 na área dos idosos.

Foram também celebrados 752 acordos de cooperação em sede de Orçamento-Programa 2005 que abrangeram cerca de 11.166 utentes (dados provisórios).

Para além do apoio financeiro prestado através da cooperação, o ISS, I.P. concedeu subsídios eventuais a IPSS no montante de 8.233 milhares de euros.

III.2.5.2 Estabelecimentos Integrados (EI) do ISS, I.P.¹²

O ISS, I.P. possui 159 estabelecimentos integrados e a despesa global efectuada, incluindo os encargos com pessoal, foi de 77.004 milhares de euros, no ano de 2005.

¹² Fonte: ISS, I.P. (DPSI), Números Relevantes 2004.

Alguns destes estabelecimentos são geridos por entidades externas à Segurança Social, com quem o Instituto estabeleceu Protocolos de Gestão e dividem-se em quatro grandes áreas: a da Infância e Juventude, a da Família e Comunidade, a da Terceira Idade e, ainda, a da Invalidez e Reabilitação.

III.2.5.3 Combate à Pobreza e Exclusão Social

O Combate à Pobreza e Exclusão Social passa pela concretização dos Projectos de Luta contra a Pobreza (PLCP) e concretização das duas Medidas do Programa PROGRIDE¹³ – Programa para a Inclusão e Desenvolvimento -

Relativamente aos Projectos de Luta contra a Pobreza estiveram em curso, no território nacional, 100 projectos cuja despesa se cifrou em 11.711 milhares de euros.

O PROGRIDE teve 40 projectos financiados que se encontram em curso. A despesa efectuada foi de 1.941 milhares de euros, tendo sido registada uma diminuição de cerca de 47% na despesa em relação ao ano de 2004.

III.2.5.4 Rede Social¹⁴

A Rede Social é um fórum de articulação e congregação de esforços baseado na adesão livre por parte das autarquias e das entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos com vista à erradicação ou atenuação da pobreza e da exclusão e à promoção do desenvolvimento social.

A Rede Social materializa-se a nível local através da criação das Comissões Sociais de Freguesia (CSF) e dos Conselhos Locais de Acção Social (CLAS), constituindo

¹³ Programa Progride – Despacho n.º 24/2005 (2ª série), Regulamento do Programa Progride – Despacho n.º 25/2005 (2ª série).

¹⁴ Criada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97, 18 de Novembro e Declaração de rectificação n.º 10-O/98.

plataformas de planeamento e coordenação da intervenção social, respectivamente, a nível da freguesia e concelho.

Em 2005 o Programa Rede Social encontra-se implementado em 171 concelhos, decorrendo a sua implementação em 104.

A despesa foi de 3.248 milhares de euros.

III.2.6 Área de Programas de Investimento (Nacionais e Comunitários)

III.2.6.1 P17 – Serviços e Equipamentos Sociais¹⁵

O Programa P17 – Serviços e Equipamentos Sociais é o instrumento financeiro que concretiza, anualmente, a *política social* definida no que se refere à criação/remodelação de lugares em respostas sociais consideradas prioritárias (novas ou já existentes).

O PIDDAC Serviços e Equipamentos Sociais de 2005 financiou 221¹⁶ sub-projectos sendo 116 do tipo multivalência, 139 do tipo construção de raiz e 82 do tipo remodelação/ampliação, tendo sido dados como concluídos 160 sub-projectos (91 financeira e materialmente e 60 material mas não financeiramente).

Os sub-projectos concluídos criaram 5.697 lugares, dos quais 4.349 correspondem a lugares criados e 1.348 a lugares remodelados.

O Lar de Idosos, o Centro de Dia e o Serviço de Apoio Domiciliário representam cerca de 60% do total de lugares criados e remodelados, que acrescidos do Centro de Actividades de Tempos Livres e a Creche perfazem 79% do total.

¹⁵ ISS, I.P./DPSI, Relatório PIDDAC Equipamentos e Serviços 2005

¹⁶ Projectos não co-financiados

III.2.6.2 Medida 5.6 do Eixo 5 – POEFDS (QCAIII)

No âmbito da Medida 5.6 - que visa promover o acréscimo de cobertura da rede de equipamentos sociais de acordo com os eixos de desenvolvimento definidos - o ISS, I.P. actua como entidade coordenadora de um número significativo de projectos de investimento que no ano em apreço foi de 274, sendo 83 projectos transitados de 2004 e 191 novos projectos aprovados.

Quadro 14 Medida 5.6 – POEFDS

Unidade: milhares de euros

| Medida 5.6 Eixo 5 do POEFDS | Ano 2005 |
|--|---------------|
| Projectos | |
| <i>Transitados de 2004 (1ª e 2ª fase)</i> | 83 |
| <i>Novos Projectos aprovados (3ª fase)</i> | 191 |
| Total | 274 |
| Execução | |
| <i>Execução projectos concluídos 2005</i> | 20 |
| <i>Projectos em curso</i> | 248 |
| <i>Projectos Abandonados</i> | 6 |
| Total | 274 |
| Dotação 2005 (m€) | 79 817 |
| Execução 2005 (m€) | 8 927 |
| Taxa execução | 11,2% |
| Dotação Projectos concluídos (m€) | 4 168 |
| Execução 2005 (m€) | 3 700 |
| Taxa execução | 88,8% |

Fonte: ISS, I.P. (DPSI)

Os 20 projectos concluídos respeitam a Creche, CAO, Casas de Abrigo, UAI, Centro de Motivação e Centro Comunitário, que beneficiaram, através da construção e/ou remodelação de lugares 641 utentes, conforme Quadro 15.

Quadro 15 Medida 5.6 POEFDS – Lugares criados por valência

| Respostas Sociais | Valências | Beneficiários |
|--|-----------|---------------|
| Total | 16 | 641 |
| <i>Creche</i> | 9 | 499 |
| <i>Centro de Actividades Ocupacionais</i> | 2 | 55 |
| <i>Casa de Abrigo</i> | 2 | 35 |
| <i>Unidade de Apoio Integrado</i> | 1 | 27 |
| <i>Centro de motivação (área toxicodependente)</i> | 1 | 25 |
| <i>Centro Comunitário</i> | 1 | Comunidade |

Fonte: ISS, I.P. (DPSI)

III.2.6. Medida Desconcentrada 3.7 - PORLVT

A medida desconcentrada 3.7 do Programa Operacional de Lisboa e Vale do Tejo (PORLVT) destina-se a apoiar o investimento ao desenvolvimento e consolidação da rede de equipamentos e serviços vocacionados para a promoção e desenvolvimento social na região de Lisboa e Vale do Tejo.

A Medida 3.7 teve 24 projectos inscritos, 20 dos quais se encontram em curso e 4 foram dado como concluídos em 2005.

Os 4 projectos concluídos criaram e/ou remodelaram 255 lugares, dos quais 55 em CAO e 199 em Creche.

O PORLVT, que tem uma dotação global de 1.515 milhares de euros (Feder, OE, Participação Privada e Participação Entidade Coordenadora) apresentou, em 2005, uma taxa de execução financeira de 16,2%.

III.2.6.5 Outros Programas Comunitários

Clique Solidário – criado a partir de um contracto programa entre o ISS, I.P. e o POSI, mais tarde redominado POSC – Programa Operacional Sociedade do Conhecimento, com o objectivo de criar espaços Internet em instituições que actuam na área da solidariedade, permitindo constituir uma oportunidade de contacto ou familiarização de públicos mais desfavorecidos com as novas tecnologias da informação e comunicação.

O Clique solidário desenvolve-se em duas medidas – Medida 1.1. – competências básicas (Fundo Social Europeu), que teve a decorrer 160 projectos; e a medida 2.1 – Acessibilidades (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional) que teve 156 Projectos em 2005.

Programa de Iniciativa Comunitária EQUAL - programa co-financiado pelo Fundo Social Europeu que tem como objectivo beneficiar prioritariamente as pessoas que são vítimas das principais formas de discriminação e de desigualdade. Actua sobre os públicos-alvo e, também, sobre o desenvolvimento dos agentes e empresas/ organizações. Teve 7 Projectos a decorrer.

Programa Operacional de Lisboa e Vale do Tejo (PORLVT) – Medida 3.6 –

O PORLVT prossegue objectivos que correspondem às prioridades estratégicas gerais do QCAIII, através da transferência, para o programa regional, dum conjunto de investimentos e acções de desenvolvimento até agora enquadrados em intervenções sectoriais.

A Medida 3.6 – Promoção do Desenvolvimento Social (FSE) tem por objectivos promover o desenvolvimento integrado de comunidades e grupos sujeitos a fenómenos agravados de exclusão; a inserção social e profissional das pessoas com deficiência e de grupos desfavorecidos, a inserção social e profissional através dos instrumentos que corporizam o Mercado Social de Emprego.

Este programa teve um Projecto, realizou 6 acções de formação que abrangeram 76 formandos. Apresentou uma despesa de 541 875 euros.

INTERREG III – Programa de iniciativa comunitária que se destina a incentivar a cooperação transfronteiriça, transnacional e inter-regional, de modo a que as fronteiras nacionais não constituam um obstáculo ao desenvolvimento equilibrado e à integração do território europeu. É financiado pelo FEDER – tem um projecto a decorrer no distrito de Bragança.

Fundo EFTA (Associação Europeia de Comercio Livre) – Fundo disponibilizado por três Estados EFTA que estabeleceram um Protocolo (Memorandum de Entendimento) com o Estado Português com o objectivo de financiar projectos tendo em vista a coesão social e económica. Tem um Projecto a decorrer em Vila Real.

Programa Comunitário de Luta contra a Exclusão Social – tem como objectivo apoiar a cooperação na promoção de crescente eficácia e eficiência das políticas nacionais de combate à exclusão, nomeadamente através de melhor compreensão dos fenómenos de pobreza e exclusão, partilha de experiências em medidas de política adoptadas, desenvolvimento das capacidades dos actores, no sentido de melhorar a eficácia da sua intervenção face à exclusão social e à pobreza e promoção de abordagens inovadoras. Encontram-se a decorrer 3 Projectos, nomeadamente (1) Mainstreaming da inclusão social; (2) Inclusão social da minoria étnica e cigana; (3) Sedimentação de formas de produção de políticas integradas entre o nível central e local.

Programa Operacional Assistência Técnica (POAT) – programa que visa garantir as condições necessárias ao lançamento e execução do QCA III, assegurando em particular a implementação e funcionamento dos sistemas e estruturas de coordenação, gestão, acompanhamento, avaliação, controlo e divulgação.

Tem a decorrer 5 Projectos, quatro dos quais sobre Estudos de Impacto Real Mercado Trabalho, PNE e EEE e o quinto sobre Mainstreaming de Género.

III.3 Fiscalização a Estabelecimentos ¹⁷

As acções de fiscalização foram as seguintes:

- **IPSS**
 - Lares de crianças e Jovens – 64
 - Creches – 231
 - ATL's – 126
 - Amas – 45
 - Valências deficiência – 101
 - Pré escolar – 107 (acção articulada com o IGMTSS e IGE)
 - Outros – 2

¹⁷ Fonte : ISS, I.P./DPSI, Relatório de Acompanhamento da Execução do PA ISS, I.P. 2005.

Anexo

A elaboração de um Plano de Acção tem interesse relativo se não lhe estiver associado um sistema de acompanhamento, controlo e avaliação das actividades programadas, cujo produto, o Relatório de Execução, deve, ao comparar o programado com o executado, apresentar os objectivos alcançados e o grau de concretização realizado.

As dificuldades verificadas na fase de programação, nomeadamente na selecção das Actividades a inscrever em PAE, na definição dos respectivos objectivos operacionais e identificação dos indicadores de medida foram condicionantes da realização de um controlo eficaz quanto aos resultados alcançados com a consequente inviabilização do respectivo impacto na programação dos anos futuros.

A análise comparativa efectuada entre os resultados fixados na fase de programação e os alcançados, na fase de execução, foi assim predominantemente baseada, não nos conteúdos apresentados mas na conformidade à metodologia preconizada, que exigia, para além da inscrição dos estágios e tempos de execução, a indicação do estado do Indicador de Medida e a apresentação de Justificação nas situações previstas.

Relativamente ao estado do Indicador de Medida este foi considerado como apresentado sempre que tenha havido um registo, directa ou indirectamente, relacionado com o objectivo operacional fixado.

Apesar dos constrangimentos que têm impedido que o Plano de Acção e o Relatório de Execução sejam de facto verdadeiros instrumentos de apoio à gestão, o DPSI não pode deixar de registar a crescente atenção que os serviços executores, nomeadamente os Centros Distritais, têm manifestado quanto à identificação dos seus produtos, prestados sob a forma de bens e serviços, e ao querer que eles se tornem cada vez mais fiáveis, reconhecidos e valorizados pelos seus clientes.

Com a apresentação do Relatório de Execução PAE 2005 encerra-se o ciclo de programação do ano 2005.

A programação do PAE 2006, já aprovada e do conhecimento dos Serviços, encontra-se já em execução.

Oportunamente será iniciado um novo ciclo de planeamento anual com o desencadeamento da programação para o ano 2007.

Para que o PAE 2007 possa conter uma programação realista em função das mudanças consideradas necessárias relembra-se a necessidade de elaboração, por parte dos Serviços, de uma análise regular ao seu meio envolvente para identificação das oportunidades e ameaças à sua acção, assim como a elaboração de um diagnóstico organizacional para identificação dos pontos fortes e fracos.

Relatório de Execução do Plano de Acção Específico 2005 (PAE 2005)

Apresenta-se o Relatório de Execução do Plano de Acção Específico 2005 (PAE 2005) dos 3 patamares da estrutura organizativa do ISS, I.P. – distrital - centros distritais de segurança social (CDSS), regional - serviços regionais de fiscalização (SRF) e central - serviços centrais (SC).

A fase de execução e controlo teve dois períodos fortes de reflexão, semestrais, onde, de uma forma generalizada os Serviços Executores registaram o grau de concretização das Actividades e esporadicamente assinalaram os desvios surgidos que levaram à suspensão, abandono e/ou reformulação das Actividades, sem no entanto haver identificação das suas causas e medidas correctivas introduzidas.

Verificaram-se algumas inconsistências no preenchimento das matrizes do relatório, nomeadamente a inscrição de estágios não concordantes com os tempos de execução ou quando correctamente inscritos não originarem as alterações correspondentes (tempos previstos para ajustados). Estas discrepâncias foram alteradas para efeitos de apuramento dos resultados que se apresentam.

Os indicadores de medida expressos também não fornecem, muitas vezes, a medida dos resultados alcançados e por vezes não têm relação com os objectivos operacionais fixados.

As reformulações havidas foram predominantemente efectuadas nos tempos de execução programados/ajustados e redefinição dos objectivos operacionais.

Principais conclusões

O PAE 2005 agregou, na fase de programação, 1.747 Actividades, sendo:

- Centros Distritais – 1.525;
- Serviços Regionais de Fiscalização – 35;
- Serviços Centros e Grupo de Apoio Técnico ao CNPV – 187.

Devido aos ajustamentos e reformulações efectuadas a avaliação, cujas principais conclusões a seguir se enunciam, incidiu sobre 1.476 Actividades, sendo:

- Centros Distritais – 1.253 Actividades;
- Serviços Regionais de Fiscalização – 35 Actividades;
- Serviços Centrais e Grupo de Apoio Técnico ao CNPV – 188 Actividades.

Centros Distritais de Segurança Social

Os CDSS acompanharam e exerceram o controlo de 1.253 actividades que registaram o seguinte comportamento:

- actividades concluídas (integral ou parcialmente) – 981 (78%);
- actividades a decorrer como programado – 8 (0,6%);
- actividades com atraso recuperável e/ou necessidade de mais tempo – 110 (8,7%);
- actividades retiradas da programação anual (suspensas e abandonadas) – 146 (12%);
- actividades sobre as quais não foi referida a avaliação – 8 (0,6%), sem expressão no conjunto das Actividades.

Quanto ao estado do Indicador no período de avaliação constata-se que este foi expresso em 85% das Actividades contra 15% onde não foi referido.

Relativamente à Justificação, a ser presente em todas as Actividades cuja execução não estivesse conforme à programação inicial esta foi apresentada em 91% das Actividades.

Foi realizada uma análise sucinta a cada Centro Distrital, cujas principais observações se apresentam:

Centro Distrital de Segurança Social de Aveiro

Grau de realização face ao previsto – 90%

Foram concluídas 82 Actividades das 91 programadas sendo, daquelas, 69 integralmente realizadas e 13 parcialmente executadas. As 9 Actividades restantes, que representam 10% do programado, referem-se a Actividades que foram retiradas da programação anual. O estado do Indicador de Medida foi expresso em 100% das Actividades e a Justificação apresentada em 96% das que o exigiam (22).

Centro Distrital de Segurança Social de Beja

Grau de realização face ao previsto – 71%

Foram executadas 27 das 38 das Actividades programadas (71%) sendo as restantes 11 Actividades (29%) sido retiradas da programação anual. O estado do Indicador foi expresso em 90% das Actividades (24) e a Justificação apresentada em 91% das Actividades que a requeriam (10 em 11 Actividades)

Centro Distrital de Segurança Social de Braga

Grau de realização face ao previsto –67%

Das 49 Actividades programadas 33 foram dadas como concluídas (67%), sendo 22 integralmente executadas e 11 parcialmente executadas. O estado do Indicador de Medida foi apresentado em 88% das Actividades. A justificação foi apresentada em 22 das 27 Actividades que o exigiam (82%).

Centro Distrital de Segurança Social de Bragança

Grau de realização face ao previsto –75%

Programadas 51 Actividades, encontrando-se 34 (67%) concluídas, e 4 a decorrer como programado (8%). Das 13 Actividades restantes 2 foram retiradas da programação anual (4,0%), 10 foram calendarizadas para o ano seguinte por ser necessário mais tempo para a sua conclusão (20%). Quanto ao Indicador de Medida este encontra-se expresso em 86% das Actividades (42 em 49 Actividades) e a Justificação foi apresentada em 10 das 13 Actividade que a exigiam (77%).

Centro Distrital de Segurança Social de Castelo Branco

Grau de realização face ao previsto – 91%

Programadas 22 Actividades encontrando-se concluídas 20, estando 16 integralmente concluídas e 4 parcialmente concluídas. As 2 Actividades sobrantes foram retiradas da programação anual. O Indicador de Medida foi expresso em 10 das 20 Actividades que o exigiam, o que representa 50% do total. A Justificação foi apresentada na totalidade das Actividades (100%).

Centro Distrital de Segurança Social de Coimbra

Grau de realização face ao previsto – 73%

Programadas 75 Actividades foram concluídas 55 Actividades (73%), das quais 46 foram integralmente concluídas e 9 parcialmente concluídas. Das Actividades restantes (20) 14 foram retiradas da programação anual, o que representa 19% do total programado e 6 foram calendarizadas para o ano seguinte (8%). O Indicador de Medida foi expresso em 92% das Actividades e a Justificação apresentada em 100% das Actividades.

Centro Distrital de Segurança Social de Évora***Grau de realização face ao previsto – 88%***

Programadas 41 Actividades, das quais 36 foram concluídas (88%), sendo 32 concluídas na íntegra e 4 parcialmente concluídas. Das restantes 5 Actividades 3 foram retiradas da programação anual e 2 transitaram para o ano seguinte por necessidade de mais tempo, o que representam 7% e 5% respectivamente. O Indicador de Medida foi expresso em 32 das 38 Actividades (84%) tendo sido apresentada Justificação em 9 das Actividades que o exigiam (100%).

Centro Distrital de Segurança Social de Faro***Grau de realização face ao previsto – 82%***

Programadas 86 Actividades tendo sido dadas por concluídas 71, das quais 59 foram integralmente executadas e 12 parcialmente realizadas, o que representam 69% e 14% respectivamente. Das 15 Actividades restantes 7 foram retiradas da programação anual (8%), 3 transitaram para 2006 (4%) e 5 não foram avaliadas (6%). As 5 Actividades não avaliadas (sem estágio) apresentaram Justificação relacionada com a indisponibilidade, à data, dos valores dos Indicadores. *Face ao exposto não é viável verificar os tempos médios de processamento*” O Indicador de Medida foi expresso em 73 das 74 Actividades que o exigiam (97%). A Justificação foi apresentada em 82% das Actividades que o requeriam (22 para 27 Actividades).

Centro Distrital de Segurança Social de Guarda***Grau de realização face ao previsto – 75%***

Programadas 52 Actividades, tendo sido concluídas 39 Actividades, das quais 36 executadas na íntegra e 3 parcialmente executadas. As 13 Actividades restantes encontram-se assim distribuídas: 9 retiradas da programação anual (17%), 1 transitada para 2006 (2%) e 3 sem avaliação (9%). O Indicador de Medida foi expresso em 8 Actividades (20%) contra 32 em que o não foi (80%). A Justificação foi presente em 81% das Actividades (13 em 16 que o exigiam)

Centro Distrital de Segurança Social de Leiria***Grau de realização face ao previsto – 76%***

Programadas 90 Actividades, foram concluídas 68, das quais 42 integralmente e 26 parcialmente. As 22 Actividades restantes foram retiradas da programação anual (24%). O Indicador de Medida foi expresso em 53 Actividades (78%) das 68 que o exigiam. A Justificação foi apresentada em 48 das Actividades que a requeriam (100%)

Centro Distrital de Segurança Social de Lisboa***Grau de realização face ao previsto – 83%***

Programadas 282 Actividades foram concluídas 234, com forte predominância nas integralmente concluídas (204) o que em termos percentuais dá uma percentagem de 87%. As 48 Actividades restantes encontram-se em duas situações distintas: 27 transitaram para o ano seguinte (10%) e 21 foram retiradas da programação anual (8%). O Indicador de Medida foi expresso em 243 Actividades, que representam 93% do total. A Justificação foi apresentada em 72 das 78 que o exigiam (92%).

Centro Distrital de Segurança Social de Portalegre***Grau de realização face ao previsto – 86%***

Foram programadas 51 Actividades, encontrando-se concluídas 40 (79%), das quais 34 estão integralmente concluídas e 6 parcialmente concluídas. As Actividades concluídas adicionadas às 4 Actividades que se encontram a decorrer conforme programado (8%), perfazem o grau de realização acima apontado. As 7 Actividades restantes encontram-se nas situações seguintes: 1 retirada da programação anual, 4 transitadas para o ano seguinte e duas com atraso recuperável. O Indicador de Medida foi expresso em 18 das 50 Actividades que o requeriam, o que significa 36% do total. A Justificação foi presente em 6 das 13 Actividades que a requeriam, o que em termos relativos dá 46% do total.

Centro Distrital de Segurança Social de Porto***Grau de realização face ao previsto – 73%***

Das 94 Actividades programadas 69 foram concluídas (73%), tendo 25 sido retiradas da programação anual (27%). Os Indicadores de Medida foram sempre inscritos (100) e as Justificações foram inscritas em 43 das 47 Actividades, o que dá um valor relativo de 92%.

Centro Distrital de Segurança Social de Santarém***Grau de realização face ao previsto – 89%***

Programadas 36 Actividades e concluídas 32, das quais 27 na íntegra e 5 parcialmente. As 4 Actividades restantes foram abandonadas (2; 6%) e transitadas para 2006 (2; 6%). O Indicador encontra-se expresso em 94% das Actividades (32 em 34 Actividades). A Justificação foi apresentada em 100% das Actividades (9 em 9 Actividades).

Centro Distrital de Segurança Social de Setúbal***Grau de realização face ao previsto – 62%***

Programadas 55 Actividades, tendo sido concluídas 34 Actividades (62%). Das 21 Actividades restantes 17 transitaram para 2006 (31%) e 4 foram retiradas da programação anual (7%). O Indicador de Medida foi expresso em 92% (47 das 51 Actividades que o requeriam) e a Justificação foi apresentada em 92% das Actividades (24 das 26 que o exigiam).

Centro Distrital de Segurança Social de Viana do Castelo***Grau de realização face ao previsto – 64%***

Programadas 46 Actividades, concluídas 29, das quais 26 foram integralmente concluídas (57%) e 3 parcialmente concluídas (7%). Das restantes 17 Actividades 13 viram o seu tempo de conclusão ser reajustado para 2006 (28%) e 4 foram abandonadas (9%). Relativamente aos Indicadores de Medida este foi expresso em 35 das 42 Actividades que o obrigavam (83%) e a Justificação foi apresentada em todas as Actividades (100%).

Centro Distrital de Segurança Social de Vila Real

Grau de realização face ao previsto – 100%

Programadas 36 Actividades encontrando-se todas concluídas, embora 9 das quais parcialmente executadas (25%). O Indicador de Medida foi expresso em 24 das 36 Actividades que o exigiam (67%) e a Justificação apresentada em 8 das 9 Actividades que a requeriam (89%).

Centro Distrital de Segurança Social de Viseu

Grau de realização face ao previsto – 72%

Programadas 58 Actividade encontrando-se concluídas 42 (72%), embora 8 das quais se encontrem parcialmente executadas (19%). O Indicador de Medida foi expresso em 54 das 56 Actividades que o requeriam (67%) e a Justificação apresentada em todas as Actividades (100%).

Serviços Regionais de Fiscalização

Os 5 Serviços Regionais de Fiscalização programaram, no seu conjunto, 35 Actividades, das quais foram concluídas 33 Actividades (94%), tendo os respectivos objectivos operacionais fixados sido integralmente atingidos em 26 Actividades (74,3%) contra 7 (20%) em que foram parcialmente alcançados

A justificação apresentada para o não alcance integral dos objectivos fixados assenta na prioridade dada a outras Acções pertença do Plano de Combate à Fraude e Evasão Contributiva e Prestacional (SRF Norte).

Foram, na generalidade, expressos os estados dos Indicadores de Medida, excepção feita a 2 Actividades (SRF Centro).

As duas Actividades restantes (5%) foram retiradas da programação anual, uma na área dos Regimes (SRF Norte) devido à prioridade dada aos novos objectivos definidos em sede do Plano de Combate e Evasão Contributiva e Prestacionais, outra na área da Acção Social (SRF LVT), devido a escassez de recursos humanos aliada ao elevado número de denúncias e pedidos de intervenção na área da deficiência.

Regista-se a não inclusão do Plano de Combate à Fraude e Evasão Contributiva e Prestacional no PAE 2005, em virtude de não ser o mesmo à data do conhecimento dos Serviços.

SRF Alentejo, Algarve e Centro

Grau de realização face ao previsto – 100%

Concluídas as 24 Actividades programadas pelos SRF do Alentejo (8), Algarve (10) e Centro (6), sendo apresentados os indicadores de medida das Actividades.

SRF Lisboa e Vale do Tejo

Grau de realização face ao previsto – 89%

O SRF Lisboa e Vale do Tejo, com 9 Actividades programadas, executou 8, tendo sido expresso o grau dos resultados alcançados. Apresentada Justificação na Actividade não realizada.

SRF Norte

Grau de realização face ao previsto – 50%

O SRF Norte executou uma das duas Actividades programadas tendo apresentado o indicador de medida verificado.

Serviços Centrais

Os 15 Serviços Centrais e GAT ao CNPV programaram no seu conjunto 188 Actividades (187 programadas inicialmente e 1 inscrita na decorrência do PAE), e sobre o seu comportamento destacam-se as seguintes observações:

- concluídas 141 Actividades (75%) o que acrescido das 5 Actividades que se encontram a decorrer conforme programado (2,7%) perfaz um execução de 78%;
- Com necessidade de mais tempo, tendo sido o seu tempo de conclusão ajustado para 2006, encontram-se 18 Actividades (10%);
- Suspensas ou abandonadas – 20 Actividades (11%);
- Sem resposta – 4 Actividades (2%).

O Indicador de Medida foi expresso, de forma directa ou indirecta, em 136 Actividades (81%) contra 33 Actividades em que o não foi (20%).

Relativamente à Justificação, que deveria ser apresentada em 59 das Actividades, esta verificou-se em 45 (76%) contra 14 (23%) em que não foi efectuada.

Apresentam-se em seguida, de forma sintética as principais conclusões em cada um dos Serviços Centrais.

Área Administração e Património

Grau de realização face ao previsto – 80%

Programadas 5 Actividades, das quais 3 Actividades (60%) foram concluídas. A decorrer como programado 1 Actividade (20%), que perfaz com as concluídas o grau de realização acima apontado. Por ter necessidade de mais tempo para a sua conclusão transitou para o ano seguinte 1 Actividade. Foram expressos os Indicadores de Medida nas 5 Actividades e apresentada a Justificação nas 2 Actividades que o requeriam

Área Contribuintes

Grau de realização face ao previsto – 50%

Programou 4 Actividades, das quais 2 foram concluídas. Transitou 1 Actividade para o ano seguinte por precisar de mais tempo para a sua conclusão e foi retirada da programação anual 1 Actividade, ambas com apresentação da necessária Justificação. Os Indicadores de Medida foram expressos em todas as Actividades.

Área de Investigação e Conhecimento

Grau de realização face ao previsto – 67%

A programação inicial previa 32 Actividades tendo sido inscrita uma nova Actividade na decorrência do período do PAE, tendo assim a avaliação incidido em 33 Actividades. Foram concluídas 22 Actividades (67%) e 5 transitaram para o ano 2006 (15%) por necessitarem de mais tempo para a sua conclusão. Encontram-se suspensas e/ou retiradas da programação anual 6 Actividades (18% do programado). Os indicadores de medida foram expressos em 27 Actividades (100%) e apresentada justificação em 9 das 13 que a requeriam (69%).

Área Sistemas de Informação

Grau de realização face ao previsto: 100%

Programadas 5 Actividades que foram integralmente concluídas e todas com os Indicadores de Medida expresso.

Conselho Médico

Grau de realização face ao previsto: 100%

Concluídas as 2 Actividades programadas, não tendo sido referido o estado do indicador de medida numa Actividade (50%)

DACC – Unidade de Gestão de Atendimento

Grau de realização face ao previsto: 88%

Programadas 8 Actividades, das quais foram 7 concluídas (88%). O Indicador de medida foi apresentado em 6 Actividades, contra 2 que o não apresentaram. A Actividade transitada para 2006 apresentou a requerida justificação.

DACC – Unidade de Comunicação

Grau de realização face ao previsto: 88%

Programadas 25 Actividades tendo sido concluídas 22 Actividades. Com necessidade mais tempo 2 Actividades. Retiradas da programação anual 1 Actividade. Os Indicadores de Medida foram expressos nas 24 Actividades que o exigiam (100%). A Justificação também foi presente nas 3 Actividades que o requeriam (100%).

Departamento de Enquadramento, Vinculação, Prestações Apoio à Família

Grau de realização face ao previsto: 57,1%

Programadas 7 Actividades, concluídas 4 Actividades. Transitadas para o ano seguinte por necessitarem de mais tempo 2 Actividades. Suspensa 1 Actividade. O Indicador de Medida não foi expresso em nenhuma Actividade. A Justificação foi apresentada nas 3 Actividades que o requeriam (100%).

Departamento Financeiro

Grau de realização face ao previsto: 86%

Programadas 7 Actividades, das quais foram concluídas 6 Actividades (2 integralmente e 4 parcialmente). Com necessidade de mais tempo registou-se 1 Actividade. Das 7 Actividades 4 apresentaram o estado do Indicador de medida (57%) contra 3 que o não efectuaram (43%). A justificação foi apresentada em 4 das 5 Actividades que o exigiam (80%).

Departamento de Planeamento

Grau de realização face ao previsto: 69%

Programadas 16 Actividades, das quais foram concluídas 7 Actividades (44%). A decorrer como programado encontram-se 4 Actividades (25%). Com conclusão no ano seguinte por necessidade de mais tempo 1 Actividade.(6%). Suspensas e/ou retiradas da programação anual 4 Actividades (25%). O Indicador de medida foi expresso em 11 das 12 Actividades que o obrigavam (92%). A justificação a ser presente sempre que a execução não estava conforme à programação foi realizada, em 4 das 5 Actividades que o obrigavam.

Departamento de Protecção Social e Cidadania

Grau de realização face ao previsto: 74%

Foram programadas 34 Actividades, das quais se encontram concluídas 25 (74%). Actividades transitadas para 2006 (necessidade de mais tempo), 3. Actividades suspensas e/ou retiradas da programação anual 2, ambas com justificação apresentada. Verificou-se a existência de 4 Actividades que não foram avaliadas (12%). Foram apresentados os estados dos indicadores em 18 das 32 Actividades e a Justificação foi realizada em 5 das 13 Actividades que o exigiam (39%)

Departamento de Recursos Humanos

Grau de realização face ao previsto: 71%

Foram programadas 7 Actividades, das quais foram concluídas 5 Actividades, que apresentaram o estado do indicador de medida. As restantes 2 Actividades foram retiradas da programação anual com apresentação da devida justificação.

Nota: O Departamento de Recursos Humanos (DRH) programou 7 Actividades globais a partir de 11 Actividades programadas pelos seus Serviços: Unidade de Gestão Previsional de Recursos Humanos (5), Unidade Regime Jurídico e Condições de Trabalho (4) e Administração de Pessoal (2). A diferença verificada deve-se à existência de 4 Actividades que sendo comuns às duas unidades de serviço foram agregadas numa só a nível do DRH. Para efeitos da análise que se apresenta foram apenas contabilizadas as Actividades globais do DRH.

Gabinete de Auditoria Interna

Grau de realização face ao previsto: 100%

Programadas 2 Actividades, tendo sido ambas executadas. Foi expresso o estado do indicador em ambas as Actividades (100%) e apresentada Justificação na Actividade que o requeria (100%).

Gabinete de Avaliação Procedimental e Normativa

Grau de realização face ao previsto: 100%

Programadas 5 Actividades, tendo sido todas concluídas. Não foi expresso o grau de execução dos objectivos operacionais das Actividades (estado do Indicador não expresso).

Gabinete da Qualidade

Grau de realização face ao previsto: 100%

Programadas 4 Actividades encontrando-se as 4 concluídas. Indicado o estado do Indicador em todas as Actividades (100%).

Gabinete Técnico de Apoio para os Fundos e Programas Europeus

Grau de realização face ao previsto: 79%

Programadas 14 Actividades, tendo sido executadas 11 (79%). Foram retiradas da programação anual 3 Actividades. Expresso os Indicadores de Medida nas 11 Actividades que o requeriam (100%) assim como as Justificações nas 4 Actividades que a obrigavam (100%).

Núcleo de Apoio Técnico ao Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado

Grau de realização face ao previsto: 90%

Programadas 10 Actividades das quais 9 foram concluídas. Uma Actividade foi reprogramada para conclusão em 2006. Foi apresentado o Indicador de Medida em todas as Actividades (100%) e a Justificação foi inscrita em 1 das 2 Actividades que o exigiam (50%).

Ficha Técnica

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

Instituto da Segurança Social, I.P.

Departamento de Planeamento e Sistemas de Informação

Unidade de Estudos e Planeamento

Av. Almirante Reis, 133, 6.º – 1115-050 Lisboa

ISS-DPSI-UEP@seg-social.pt

www.seg-social.pt

Relatório de Actividades 2005

Título

Maria da Conceição Rosado Pereira M.Rosado.Pereira@seg-social.pt

Autora

Tânia Daniela Gomes Fernandes Tânia.D.Fernandes@seg-social.pt

Coordenação